

SOBREVIVER É PRECISO: POBREZA E ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA EM UMA CIDADE DE FRONTEIRA

Luiz Eduardo Catta

Foz do Iguaçu tornou-se o epicentro de uma transformação avassaladora na região oeste do Paraná e nos países vizinhos, entre os anos de 1970 e 1990. A desordem se estabeleceu para proporcionar uma nova ordem implementada pelos projetos de modernidade emanados do governo brasileiro, como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a criação de um frenético comércio de importação-exportação na fronteira e o incremento da atividade turística. Essa nova ordem escondia uma desordem que era percebida por todos no cotidiano da cidade, e que, apesar de negada pelas autoridades, preocupava sobremaneira as camadas dominantes que viam nela um prenúncio de dias bastante tormentosos. E quem proporcionava aquela desordem, aos olhos do poder público e daqueles que o apoiava, eram os segmentos empobrecidos, os trabalhadores desempregados, aqueles que viviam de expedientes fortuitos e ocasionais pelas ruas da cidade.

É importante ressaltar que Foz do Iguaçu não representava um caso isolado quando se tratava de desigualdades sociais. Apesar de possuir características bastante peculiares, como sua localização distante dos grandes centros do país, e a proximidade com dois outros países sul-americanos (Paraguai e Argentina), e a própria composição de sua população, Foz do Iguaçu era também um reflexo do quadro mais amplo da sociedade brasileira e das políticas sócio-econômicas implantadas pelo governo federal naquele período.

Existia, entretanto, uma outra Foz do Iguaçu, que não era percebida pelos milhares de turistas que para lá afluíam diariamente. Uma cidade com uma enorme população vivendo nos interstícios ou nas periferias daquela sociedade, que não podia ser ignorada pelas autoridades, sendo alvo de inúmeras medidas para ocultá-la, para não provocar um choque aos olhos dos visitantes de todo o mundo que por ali circulavam. Muitos dos moradores da cidade, principalmente aqueles que estavam mais interessados em expandir seus negócios e ampliar seus lucros, fecharam os olhos para uma nova realidade que ali foi se constituindo, de maneira muito cruel.

E, o processo de transformações incidiam diretamente no espaço urbano de Foz do Iguaçu. Como salientaram alguns historiadores preocupados com o estudo das cidades, é possível apreendê-las em muitos e variados níveis,¹ ou dimensões, o que nos permite fazer inúmeras leituras sobre ela. Seja tomando como perspectiva sua transformação contínua sob a ação dos agentes que a compõe, proporcionando-lhe uma dinâmica de difícil acompanhamento no estudo de seu cotidiano, seja nas permanências observáveis ao longo de sua história, que, por outro lado, nos permite adentrar em seu âmago e problematizá-la de acordo com o interesse específico de nosso objeto de estudo.²

Portanto aí se dá o embate, a luta entre classes, com anseios opostos, percebidos mais claramente quando nos detemos nos objetivos que as move. Às vezes motivos aparentemente sem muita relevância aos olhos dos setores dominantes, mas que não deixam de ser um reflexo de uma necessidade mais forte, num meio nem sempre favorável às práticas dos segmentos mais empobrecidos, que pode ser tomado como um laboratório para novas experiências fundamentais à sobrevivência.³

Para a realidade de Foz do Iguaçu, que não era diferente da maioria das outras cidades brasileiras, apesar das diversas abordagens sobre os segmentos excluídos ou marginalizados da sociedade, tomamos como referência o que os cientistas sociais chamam de pobreza absoluta, gerada pela falta de renda para

atender às necessidades mínimas de sobrevivência do cidadão, agravada, ainda, pela falta de perspectiva de acesso aos bens de consumo coletivo, como saneamento, saúde, educação e lazer. Situação esta que foi se ampliando e se agudizando na medida em que o projeto neoliberal também se consolidava no país.⁴

E, em Foz do Iguaçu, tal situação começou a se agravar a partir do momento em que um número expressivo de pessoas passou a acorrer à cidade seja para atuar no comércio de fronteira, seja para tentar emprego em Itaipu, o que fez com que ocorresse um rápido desenvolvimento das áreas centrais da cidade, obrigando a administração pública, de forma caótica, a dar conta não apenas daqueles que lá se estabeleceram de forma mais prolongada, mas também daqueles que ali se fixavam temporariamente, buscando alguma alternativa de trabalho, pois aumentava continuamente o desemprego em outras partes do país.

Na mesma direção e em função daquela conjuntura imposta à cidade, é preciso termos claro que tentar estabelecer o momento em que surge uma população pobre em Foz do Iguaçu é uma tarefa não muito simples, visto que as regiões de fronteira, como é o caso da localização daquela cidade, permitem o trânsito contínuo de pessoas de um lado para o outro, ao sabor de suas necessidades momentâneas ou conjunturais. Mas é bastante claro que ao longo dos anos 80 e 90 um número cada vez maior de pessoas despossuídas do mínimo para se alimentar, sem emprego, sem moradia ou vivendo em favelas, enfim, em estado crônico de pobreza, terá maior visibilidade no cenário de Foz do Iguaçu.

É importante frisar que ao longo da história da cidade, sempre existiu um segmento social percebido como pobre, pois aqueles que dele faziam parte ganhavam muito pouco em relação àqueles que possuíam terras, ou que tinham um comércio, ou que faziam contrabando de madeira ou erva-mate, e mesmo em relação aos funcionários públicos e militares. Podiam, nesse sentido, ser considerados pobres, ou percebidos como tal pela população com maiores recursos e mesmo pelo seu próprio segmento social, cujas referências sociais partiam do modelo imposto pela camada dominante.⁵

Justamente por enfrentarem dificuldades econômicas sérias e contínuas, alimentando-se e morando precariamente, passando por todos os tipos de privações, mas sempre em busca de trabalhos, mesmo que esporádicos, incluindo nessa tarefa, na maioria das vezes, toda a família, eram tidos na sociedade como “gente de bem”. Evitando o confronto com as elites econômicas da cidade, e não praticando atividades ilegais, eram percebidos como “pobres, mas honestos”.

O seu oposto era representado por aqueles que enveredaram pelo mundo da criminalidade atuando no narcotráfico, no contrabando, no roubo de automóveis, mesmo que essas atividades fossem percebidas pelos praticantes como uma alternativa de sobrevivência muito comum nas áreas de fronteira, e que atendessem muitas vezes aos interesses momentâneos de parcela dos setores mais influentes da sociedade local. Esses eram percebidos como “pobres e perigosos”.

O aspecto tumultuado, caótico mesmo, em que se encontrava a cidade no início dos anos 90 dava fortes razões para que o poder público se alarmasse, capturando o coro de descontentamento dos setores dominantes da sociedade. A passos rápidos a Usina Hidrelétrica de Itaipu se encaminhava para a inauguração de suas turbinas, fato este que tinha alguns significados importantes para a região de fronteira: a etapa final de montagem das turbinas colocaria em plena operação a maior hidrelétrica do mundo em 1992, o que levaria a empresa binacional a dispensar trabalhadores que não seriam mais necessários a partir de então. Além disso, a empresa não acenava com a possibilidade de recrutar novos empregados, naquele que era o maior empreendimento da região e o que mais absorvia mão-de-obra nas duas últimas décadas, limitando ainda mais as possibilidades de se conseguir um

emprego. Por fim, com o incremento do número de desempregados de Itaipu, outros setores da economia local, que dependiam daqueles consumidores reconhecidamente com bom poder aquisitivo, iriam se deparar com uma nova realidade que não estavam acostumados.

Assim, tornou-se impossível dar conta da infinidade de expedientes que passaram a ser exercidos pela população pobre de Foz do Iguaçu naquele período. Viver de várias ocupações ao mesmo tempo, permitia a ela não ficar estagnada, ociosa em um mundo frenético, sem ter o que oferecer à família no dia-a-dia. Permitia, igualmente, não ter que enfrentar a discriminação, a desqualificação da sociedade por estar desempregado, o que por si só já era um peso e tanto.

Eder Sader, em sua pesquisa sobre as condições de vida dos trabalhadores pobres na Grande São Paulo,⁶ cita um texto mimeografado com o título “Uma Experiência Junto ao Proletariado”, assinado por P. Torres,⁷ que falava além das condições de trabalho nas fábricas, sobre o significado do desemprego e como ele atingia a própria identidade do trabalhador honesto:

“O desempregado fica totalmente desvinculado de seu meio. Se sente desmoralizado diante da família (ele, o homem da casa, sem condições de fazer nada), diante dos vizinhos (não trabalha, meio vagabundo) e diante da sociedade (um pária, inútil). Nas conversas se pode sentir isto, e alguns preferem ficar gastando os últimos cruzeiros em bares do que voltar para casa e sofrer a pressão da família”.⁸

Importante ressaltar que muitos desses desempregados em Foz do Iguaçu eram ex-agricultores, que sempre tiveram suas vidas preenchidas pelo trabalho diário no campo, vivendo daquilo que produziam. E que, portanto, nessa nova situação se sentiam envergonhados perante a sociedade por não conseguir um emprego qualquer que lhes permitisse dar o sustento da família. A reflexão de Eder Sader sobre a desmoralização do desempregado frente à sociedade também é muito apropriada:

“Sente-se aí como a desmoralização sofrida está ligada a uma ferida produzida no âmago de uma identidade construída do ‘trabalhador honesto e responsável’, que assegura o sustento da família e tem seu lugar na sociedade. O trabalhador desempregado sente-se em culpa pelo desemprego”.⁹

Também muitos ex-trabalhadores de Itaipu ou das empreiteiras que trabalharam nas obras, e mesmo outros profissionais que chegaram a ter vínculo empregatício em empresas da região, sentiam-se impotentes e humilhados frente ao desemprego crônico, fruto de um mercado em constante recessão. Esse foi o caso enfrentado por seu Lázaro da Silva, morador do bairro de Três Lagoas, que após ter trabalhado nas obras de construção civil da Itaipu, tinha que recorrer a diversos expedientes para sustentar a família. Fazia trabalhos como pedreiro, atuava como juiz de futebol da Liga Amadora de Futebol Foz do Iguaçu, e prestava serviços à comunidade em nome da prefeitura, em poder do PMDB, o que lhe abria inúmeras portas importantes para sobreviver cotidianamente.¹⁰ Como ele, milhares de outros homens, mulheres e crianças tinham que se desdobrar em atividades muito diversas para conseguir o sustento diário.

Como reflexo imediato de ser pobre naquela cidade, vamos perceber que as especificidades anteriormente mostradas incidiam de forma marcante nas práticas

cotidianas da população, uma vez que as poucas oportunidades de trabalho formal que surgiam eram disputadas acirradamente por homens e mulheres, geralmente sem a qualificação exigida pelos empregadores. E, mesmo o mercado informal de trabalho inflacionado se apresentava com muitas incertezas para o trabalhador pobre, pois exigia sua inserção num espaço conflituoso, competitivo, e, antes de tudo, ilegal, onde o individualismo e a violência asseguravam a conquista e a permanência em um determinado espaço nas ruas, o que se constituía no ganha-pão diário de centenas de pessoas.

A briga pela sobrevivência colocava em conflito trabalhadores pobres e desempregados, e, de maneira muito peculiar em Foz do Iguaçu, brasileiros pobres contra estrangeiros pobres, disputando violentamente os resíduos do mercado de trabalho. Um número de pessoas que aumentava consideravelmente a cada dia, vivendo em condições difíceis, todos com a única finalidade de alcançar uma ocupação que pudesse lhes render o mínimo para comer ou abastecer a família. A situação experimentada por diversas cidades que tiveram um rápido crescimento, trazendo em seu bojo um grande número de imigrantes que vão disputar cada fatia de um mercado de trabalho restrito, foi muito bem analisado por Maria Inês Machado Borges Pinto quando se referia à população pobre de São Paulo durante o processo de crescimento proporcionado pela economia cafeeira, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX:

“Os entraves estruturais da economia à acomodação do homem pobre no processo produtivo, o rápido crescimento demográfico de uma população pobre, desempregada, trazida pela corrente imigratória, e a frequência das flutuações cíclicas de suas atividades, geraram o crescimento vegetativo de uma massa desenraizada, vivendo numa situação ambígua de participação-exclusão, cujas possibilidades de se integrar nas profissões lucrativas estáveis eram reduzidíssimas, estando condenada ao semi-emprego crônico”.¹¹

A descrição acima, em nada diferia da situação vivida pela população pobre de Foz do Iguaçu, no período entre o início da construção de Itaipu e os primórdios da década de 90. Como vimos nos capítulos anteriores, a situação de precariedade vivida por aquele segmento social, sem alimentação, sem moradia ou vivendo em espaços altamente degradados, com um elevado número de crianças enfermas ou morrendo pelas más condições de higiene, acrescido das mortes de adultos pela violência do dia-a-dia, constituíam-se num cenário angustiante para aqueles que viviam aquela realidade.

Assim, falar sobre as formas adotadas pela população pobre para burlar as agruras e as dificuldades do dia-a-dia naquela região de fronteira, nos leva, à primeira vista, pensar numa série de atividades ligadas à informalidade, principalmente o comércio ambulante, ao contrabando e à criminalidade. Entretanto, a gama de atividades desempenhadas pelos moradores pobres de Foz do Iguaçu para sobreviver, abria-se num leque de opções, que os envolvia com maior ou menor intensidade, dependendo das oscilações da economia, de suas necessidades imediatas, e mesmo dos programas desenvolvidos pelo poder público, no sentido de ordenar, disciplinar a atuação no mercado informal. Recorremos uma vez mais a Maria Inês Machado Borges Pinto para salientar as dificuldades em se classificar tais atividades informais no cotidiano da população pobre de Foz do Iguaçu:

“(…) observa-se a predominância acentuada e proliferação das pequenas ocupações autônomas e do trabalho informal, setores incluídos na chamada economia invisível, oculta, subterrânea, submersa, informal, paralela, não oficial; são tantos os seus nomes quanto as dificuldades para

dimensioná-la. Isto ocorre porque a maioria destas pequenas ocupações independentes e trabalhos ocasionais que vigoravam tanto nos tempos de euforia e expansão como de estagnação da economia, quase não são mencionadas nas classificações mais formais, referentes ao tipo de profissões (...).¹²

Ao buscarmos fazer emergir as atividades principais a que se dedicava o segmento mais empobrecido da sociedade, sem o intuito, no entanto, de nos aprofundarmos nas especificidades e dinâmicas das mesmas no conjunto do mercado de trabalho da cidade, nos deparamos com a incursão de trabalhadores em ramos de atuação que vão da legalidade à ilegalidade, muitas vezes atuando em ambos para poder enfrentar a dura situação em que estavam mergulhados.

Não conseguindo, entretanto, extinguir os “bolsões e miséria”, que insistiam não só em permanecer nas áreas centrais, mas a brotar como cogumelos nos anos seguintes, as autoridades municipais e as camadas dominantes passaram a se utilizar com maior frequência dos expedientes mais corriqueiros encontrados naquilo que Michel Foucault chamou de “sociedades disciplinares”.¹³ Ou seja, atendendo as expectativas dos segmentos política e economicamente dominantes da cidade, que viam naquele caos social uma ameaça à ordem estabelecida, e, portanto, reais perspectivas de ameaça a manutenção de seu poder, as autoridades queriam a todo custo higienizar a cidade, combinando, como sempre, um rígido controle e repressão à população pobre com sua expulsão das ruas e favelas da cidade.

Vale, nesse sentido, reforçar que em meio àquele “caldeirão” em ebulição, a sociedade civil via sob dois ângulos, distintos mas complementares, as maneiras como lidar com os pobres, adultos ou menores de idade, de Foz do Iguaçu. De um lado, fruto do “espírito cristão”, existia a perspectiva filantrópica, baseada no tradicional assistencialismo, que, como bem lembrou Caio Boschi, servia para tirar um peso da consciência da sociedade.¹⁴ Nesse sentido, manifestavam-se setores da Igreja Católica e outras instituições religiosas, os clubes de serviços, como Rotary e Lions, além de algumas entidades beneficentes.

Ao mesmo tempo em que tal perspectiva era colocada em prática com dificuldade, a sociedade, sob outro ângulo, exigia firmeza por parte dos órgãos de segurança, de repressão e controle, no combate àqueles homens, mulheres e crianças que viviam mendigando pelas ruas, ocupando os espaços do comércio e serviços para a população abastada, ou cometendo roubos, furtos, e mesmo contribuindo de maneira negativa para a estética da cidade, uma vez que viviam andrajosos e em lugares promíscuos e imundos.

De maneira geral percebemos que as autoridades locais e os órgãos de repressão no cotidiano da fronteira, não conseguiram dar conta da tarefa de extinguir o espetáculo da pobreza encenado nas ruas da cidade por aqueles que não foram integrados nem durante nem depois do projeto de “Brasil Grande”. Ou seja, frente àquela multidão, composta de trabalhadores informais, sem carteira assinada, desempregados em busca de ocupação que pudesse render o mínimo para sua sobrevivência, gente que vivia do comércio formiga buscando ou levando produtos de um lado para o outro da fronteira, gente que chegava diariamente à cidade a fim de conseguir produtos para serem comercializados nos grandes centros, a solução encontrada pelas autoridades foi a repressão a todo e qualquer cidadão desde que parecesse pobre e, portanto, supostamente perigoso, estratégia esta amplamente utilizada pelos órgãos de repressão no país, como bem mostrou Sidney Chalhoub, desde a *béllé époque*:

“Assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo malfeitor em potencial teve enormes conseqüências para a história subsequente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que tão o cidadão é suspeito de alguma coisa, até prova em contrário e, lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos de outros”.¹⁵

Portanto, discutir a maneira como o poder público e as camadas dominantes lidaram com a população pobre de Foz do Iguaçu, é de fundamental importância para se perceber os embates travados naquela sociedade nos confins do oeste brasileiro.

NOTAS

- 1- Bresciani, Maria Stella Martins. *Permanência e ruptura no estudo das cidades. As sete portas de Tebas. Campinas, SP, 1990, xerox*; Pesavento, Sandra Jatahy. *A cidade maldita*. (Sem Referência).
- 2- Nesse sentido são referenciais pra discutirmos essas questões as obras: Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1994.; Lefebvre, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991 e *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991; Pechman, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002; Sevcenko, Nicolau. *As muralhas invisíveis da Babilônia moderna. Oculum, Campinas, SP, nº 01, 1984*; Pesavento, Sandra Jatahy. *Op. Cit.*; Bresciani, Maria Stella Martins. *Op. Cit.*
- 3- Teorizando sobre esses embates que ocorrem no cotidiano ver Kosik, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; Heller, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Para o caso dos enfrentamentos e solidariedades no cotidiano das camadas populares no espaço urbano, ver Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- 4- Mendonça, Eduardo Luiz de. *A pobreza no Brasil: medidas e sentidos*. Rio de Janeiro: 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- 5- Para uma discussão sobre a percepção do “ser pobre”, Luís Miguel Duarte faz um breve estudo sobre a questão da marginalidade, tomando como base a obra de Jacques Le Goff, onde levanta questões teóricas importantes sobre a categoria pobreza. Cf. Duarte, Luís Miguel. *De que falamos nós quando falamos de marginais: Portugal na Baixa idade Média. Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense, 1995.
- 6- Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- 7- P. Torres era o codinome de um metalúrgico militante da Ação Popular, e que atuava no trabalho de conscientização dos trabalhadores do ABC paulista, região que concentra o maior parque industrial do Estado de São Paulo.
- 8- Carta assinada por P. Torres, em Sader, Eder. *Op. cit.* p. 70.
- 9- Sader, Eder *Op. cit.* p. 70.
- 10- Seu Lázaro da Silva trabalhou algum tempo na construção da casa do autor, dando depoimentos sobre sua vida na cidade e suas estratégias para manter-se e à sua família de forma digna.
- 11- Pinto, Maria Inês Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: USP, 1984, 303 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1984. p. 105-106.
- 12- *Idem*. p. 101.
- 13- Foucault, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1991.
- 14- Boschi, Caio. *As misericórdias e a assistência à pobreza nas Minas Gerais setecentistas*. In: *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense, 1996.
- 15- Chalhoub, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23.